



elizabethfernandez

PUBLICAÇÕES

Direito ao ambiente e propriedade privada (aproximação ao estudo da estrutura e das consequências das "leis-reserva" portadoras de vínculos ambientais), junho 2001 - Coimbra Editora.

Um Novo Código de Processo Civil? - Em busca das diferenças, Vida Económica, 2014.

Do objeto do processo à apelação no contencioso administrativo: (contributo para as relações entre o objeto processual de primeiro grau e de segundo grau nos processos de impugnação de ato administrativo), correspondente à tese de Doutoramento, a publicar pelo CEJUR (atualmente no prelo).

A nova tramitação inicial da ação executiva para pagamento de quantia certa e as alterações ao regime, Estudos em Comemoração do 10º aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho, Almedina, 2004.

Princípio do dispositivo e objeto da decisão de recurso publicado nas recentes reformas na ação executiva e nos recursos, 1º Curso Pós-graduado em Direito Processual Civil, Faculdade de Direito de Lisboa, outubro de 2010.

Revisitando o Recurso de Revista Excepcional: desta vez, o previsto no Artigo 721.º-A do CPC, pág. 157-174, I Jornadas de Direito Processual Civil - Olhares Transmontanos||, novembro de 2011, publicação da Câmara Municipal de Valpaços.

Revisitando o Recurso de Revista Excepcional: desta vez, o previsto no Artigo 721.º-A do CPC, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster, Almedina, 2012.

Revisitando o artigo 128º do CPTA: agora na perspetiva do contrainteressado, e-book, do Instituto de Ciências Jurídico Políticas, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa julho de 2012.

A prova difícil ou impossível (a tutela judicial efetiva no dilema entre a previsibilidade e a proporcionalidade), Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, Vol. I, 2013, Coimbra Editora (pág. 811 – 834).

O tempo como ónus do processo (A pretexto da tutela da evidência e da denominada inversão do contencioso), Estudos em Comemoração dos 20 anos da Escola de Direito da Universidade do Minho, Coimbra Editora, 2014.

Reflexos do CPC na tramitação da nova ação administrativa, in O Anteprojecto de Revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais em Debate, AAFDL, 2014.

[ADVOGADA - RESPONSABILIDADE LIMITADA]



PUBLICAÇÕES

O procedimento administrativo como realidade flexível (breves notas sobre o princípio da adequação procedural), in Comentários ao Novo Código de procedimento administrativo, 2^a edição, AAFDL 2015.

A propósito e a pretexto da reconvenção nas ações administrativas, in Comentários à revisão do ETAF e do CPTA, AAFDL EDITORA, Lisboa, 2016, com 2^a edição da obra, em 2016 e 3^a edição da obra, em 2017.

O processo e os fenómenos de massificação: desafios e dilemas, in Nos 20 anos dos CJA, CEJUR, 2017.

Penhora de Depósitos vs. Sigilo Bancário – ou de como os credores poderão ficar a ver navios, Sientia Iuridica, 1997 – julho-dezembro, n.º 268/270.

Normas de proteção ambiental Déficit de execução Processo de intimação para um comportamento – Ac. Do STA de 28.11.1996, CJA Nº 4, julho/agosto 1997.

A camuflada acção para reconhecimento de direitos, CJA nº 26, março/abril 2001.

Um Juiz de Paz para a paz dos juízes, (?) Breve análise das competências e do funcionamento dos Julgados de Paz: perspetiva crítica, CDP, 15, julho/setembro 2006.

Notas sobre a excepcionalidade da revista no processo administrativo, CJA, nº 60, novembro/dezembro 2006.

A Reserva Ecológica Nacional e a prescrição do direito à indemnização, Acórdão do STA de 75. 2003, PROCESSO 1067/02, CJA 61, janeiro/fevereiro 2007.

A (pretensa) reforma da ação executiva, CDP, nº 26, abril/junho 2009.

Artigo 149º do CPTA: que apelação é esta?, CJA nº 76, julho/agosto 2009.

O novo custo de acesso à justiça, Revista de Direito Público e Regulação, CEDIPRE, nº 3, setembro de 2009.

Urgências e recursos, a apelação autónoma das decisões interlocutórias (anotação ao acórdão do TCA SUL de 13.34.2010), CJA nº 83, setembro/outubro 2010.

Entre a urgência e a utilidade da tutela judicial definitiva, CDP número especial, dezembro de 2010.

Responsabilidade do Estado por erro judiciário: perplexidades e interrogações, CJA, nº 88, julho/ agosto 2011.

Revisitando o artigo 128º, nº 2 do CPTA: agora na perspetiva do contrainteressado, CJA nº 90, novembro/dezembro 2011.



elizabethfernandez

PUBLICAÇÕES

Desvio de poder. Muito ou realidade?; CJA nº 93, maio/junho 2012.

O procedimento especial de despejo (revistando o interesse processual e testando a compatibilidade constitucional), JULGAR, nº 19, 2013.

Post scriptum: o momento, o tempo e dos efeitos do recurso das decisões interlocutórias em processos urgente (anotação ao acórdão do Pleno da 1^a secção do STA de 16.6.2011, CJA 98, março/abril 2013).

Arresto sine culpa? O caso de devedor subsidiário ainda não revertido - Ac. do TCA Sul de 21.5.2013, P. 6620/13, CJT nº 2, outubro /dezembro 2013.

O Código de Processo nos Tribunais Administrativos à luz do novo Código de Processo Civil, CJA nº 102, novembro/dezembro 2013.

Nemo Debet Esse Testis In Propria Causa — Sobre a (in)coerência do sistema processual a este propósito, Revista Julgar Especial, —A prova difícil, abril 2014.

O novo juiz singular da ação administrativa: regras de competência e aplicação da lei no tempo, CJA 114, novembro/dezembro 2015.

Tutela cautelar em contexto tributário a (im)possibilidade de concessão de tutela cautelar a favor dos contribuintes, CJT nº 12, abril/junho 2016.

O não estranho caso de Verónica C. (A comunicação dos tribunais e a iliteracia jurídica), JULGAR ON LINE, novembro 2016.

Do “oito ao noventa e cinco”: enigma do dever de identificação judicial de causas de invalidade, CJA 123, maio/junho 2017.

O não estranho caso de Verónica C. (A comunicação dos tribunais e a iliteracia jurídica), Revista Brasileira de Direito Processual (RBDPRO) nº 99, ano 25, julho/setembro 2017.